

A ECONOMIA COMO ELA É

Nº 3640

P.16

Ladeira

Em e Fim de
Semana

Coisas fiscais

Alguns cuidados básicos, para se entender a realidade e não misturar alhos com bugalhos. Por **Carlos Eduardo Soares Gonçalves**, para o Valor

A política fiscal se apoderou do debate econômico no Brasil. E com razão. Ela é o calcanhar de Aquiles da macroeconomia: com uma política fiscal desregulada, tudo vai mal: crescimento, juro, inflação, contas externas. É o diabo.

A política fiscal já está na boca de todos, sussurrada em versos e trovas. Esta-va lá na discussão eleitoral também, mas sempre meio camuflada: a candidata oficial transformada em presidente não querendo reconhecer o tamanho da problemática, e o candidato oposicionista temeroso de cometer sincerídio eleitoral e falando em mexer no fator previdenciário para arrebanhar votos entre sindicalistas. Nada de real solucionária. Mas, nas campanhas, a irracionalidade impera, é o esperado. Prometem-se mais e mais gastos, mais e mais programas. E uma espécie de amnésia temporária se apodera dos candidatos e de suas equipes, do lado do cérebro que faz cálculos simples, do lobo onde estão alocadas as chatíssimas partidas dobradas da contabilidade que dizem que para gastar mais é preciso também (prepare-se): taxar mais. A esperança é que, iniciado o segundo mandato, a amnésia desapareça e a racionalidade — ainda que mínima — volte. Dilma reeleita disse, aliás, estar disposta a apertar cintos. Se vai mesmo fazer isso de modo consistente, só o tempo dirá, até porque ela apertou-o sim em 2011, mas soltou-o irresponsavelmente depois. Bem, nesse ínterim, enquanto aguardamos Godot, vamos às teorias e aos fatos empíricos associados à coisa fiscal.

Estado mínimo e tolices

Papo besta. Uma economia de mercado, para funcionar bem, precisa de um Estado bem organizado, forte, eficiente. Sem um Estado forte, paira grande incerteza sobre direitos de propriedade e o investimento vai-se embora; os mercados minguam. Além disso, as falhas de mercado devem ser remediadas via regulação. Imagine quão mais não poluiriam as fábricas na ausência de um Estado vigilante, por exemplo, ou os possíveis danos de uma total ausência de regulação no funcionamento dos mercados financeiros. Fora a coisa da desigualdade e da pobreza, claro, em que a intervenção do governo é absolutamente

crucial. Então, economista liberal não pede Estado mínimo coisa alguma — isso é um espantalho inventado pela heterodoxia para fugir do debate sobre eficiência da gestão pública. Agora, o que é importante lembrar sempre é que, para termos mais programas custeados pelo governo, precisamos arrecadar mais impostos. A vida é dura.

Endividamento e superávit

Pois o governo baixou muito imposto recentemente, caros leitores, com várias desonerações. E isso nem sempre é bom. Como disse antes, se há muito gasto, é preciso arrecadar. Como sair baixando imposto assim, sem cortar gastos? Não dá. O resultado foi o esperado, a aritmética trivial se impôs inclemente: a dívida total entrou em trajetória ascendente.

Dívida crescer às vezes e cair depois faz parte do jogo (mais sobre isso a seguir), mas, no caso de um país que já estava com nível de endividamento acima de seus pares emergentes, e que paga juros reais altos para cada real tomado de empréstimo, o sinal dado foi ruim.

Os mercados e as agências de risco olham com preocupação para economias não maduras que entram em trajetória de dívida crescente porque sabem onde essa história muitas vezes termina: tenebrosos calotes. E isso significa que o risco de crédito é, portanto, os juros dos empréstimos, vão subindo à medida que a dívida vai se avolumando. Não preciso lembrá-los de que esse risco e juro mais altos freiam o crescimento da economia.

Portanto, precisamos urgentemente aumentar o superávit do governo, com uma mistura de contenção de gastos e alta de impostos. A vida é dura (já disse isso antes?)

Política fiscal anticíclica

Se você for um país disciplinado, a melhor coisa, a recomendação do livro-texto de economia é: gastar mais (ou baixar impostos) em tempos de vacas magras — aí a dívida sobe — e apertar cintos em tempos de vacas gordas, hora em que a dívida cai. Assim evitam-se tanto aquecimentos como esfriamentos desnecessários da economia. Dito de outro modo, a política fiscal funciona como contrapeso a desequilíbrios passageiros da econo-



mia. E agir assim tem a seguinte vantagem: quando a demanda por crédito da economia está em alta — momentos de aquecimento —, se o governo pratica uma política fiscal mais contracionista, ajuda a conter a alta da taxa de juro. Ou seja, nesses momentos, a poupança pública auxilia o financiamento do investimento privado, um dos motores do crescimento.

Hoje em dia, governos de economias emergentes gastam muito quando a economia — e a arrecadação — estão em alta (o contrário do que se deve fazer). Mas essa dinâmica de fazer farra em tempo de vacas gordas trava o investimento privado, pois, justamente quando precisaríamos de maior poupança doméstica para financiá-los, o governo